



PUBLICADO EM 07/04/16
UCA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 24ª SESSÃO DO 01º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2016

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, com a presença de todos os Senhores Vereadores que assinaram o livro de presença. Verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e quinze minutos, o Senhor Segundo Vice - Presidente, Vereador Luizinho Sorriso, declarou aberta a presente sessão com os seguintes dizeres: "Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos." Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Vereador Roni Medeiros, que procedesse a leitura da ata anterior, correspondência e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior esta restou aprovada. Ato contínuo, solicitado pelo Senhor Presidente passou a leitura da **CORRESPONDÊNCIA:** Ofício GPD nº.: 201/2016 da CPTrans e Carta Aberta do Grupo de Proteção e Defesa da Causa Animal de Petrópolis. **EXPEDIENTE:** Requerimentos de Informação nºs.: 01393 e 01394/16 do Vereador Anderson Juliano e Indicações nºs.: 01405, 01403, 01401, 01367, 01364, 01363, e 01406/16 do Vereador Luizinho Sorriso; 01397/16 da Vereadora Gilda Beatriz; 01387/16 do Vereador Meirelles; 01379/16 do Vereador Jorge Martins; 01379, 01373, 01371 e 01353/16 do Vereador Pastor Sebastião; 01375/16 do Vereador Ronaldão; 01359/16 do Vereador Marcos Montanha e 01408 e 03562/16 do Vereador Ronaldo Ramos. Terminada a leitura da correspondência e do expediente, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna convidando assim o primeiro Vereador inscrito. Registre-se que o Vereador Paulo Igor assumiu a presidência da sessão. **1) ANDERSON JULIANO** – Saudou a Presidência e demais Vereadores, bem como a imprensa e todos os presentes. Passou a falar que sabe qual será o assunto em voga hoje na Casa, pois está mais que claro que será a cassação do Prefeito Rubens Bomtempo que tem mais de duzentos processos contra ele. Disse que abordará outro tema inicialmente e passou a falar sobre a decisão judicial a favor dos servidores municipais e desta Casa que saiu em sua defesa em que o TJ negou a tutela antecipada em que o Prefeito quer acabar com artigo 102 do Estatuto dos Servidores que versa sobre incorporação de bonificações. Exemplificou o que seria a função gratificada. Leu um trecho da sentença do Desembargador em que o SEPE e o SISEP no pólo de representação visto que a Câmara foi quem acionou a justiça em defesa do Estatuto dos Servidores. Leu o trecho que negava a tutela antecipada pretendida pelo autor, o Prefeito Rubens Bomtempo. Destacou que muitos servidores que estão na ativa estão tendo que acionar a justiça para exercer o direito por não conseguirem a incorporação via administrativa. Disse que acha estranho que os amigos do Prefeito consigam a incorporação e os demais servidores não. Deu exemplo da Sra. Mônica que foi secretária de Educação que conseguiu o direito a incorporação por ato administrativo do Prefeito, assim como o Sr. Audir que foi secretário em seu Governo, ambos amigos do Prefeito. Lamentou que os que não são amigos do Prefeito tenham que entrar na justiça. Disse que o que cabe agora a Casa e ao

1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

SISEP e SEPE que lutem para convencer o Judiciário que a razão assiste aos servidores da Cidade. Leu um trecho da decisão do relator do Processo que cassou o Bomtempo onde ele diz que as atitudes do Prefeito são condutas que lembram monarcas absolutistas e até o Prefeito de Paraguaçu. Disse que o Prefeito está inelegível e condenado, assim mesmo que recorra está condenado e a sentença é clara: o prefeito é ímprobo. Questionou como um sujeito condenado por formação de quadrinho e dano ao erário administra cerca de um bilhão de reais do orçamento municipal. Disse que este debate tem que ser feito nesta Casa por que esta Casa é legítima representante do povo. Disse que tal cassação é interesse desta casa e não somente do MP e da Justiça. Tal questão deve ser discutida e debatida exaustivamente tamanho absurdo. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Em tempo. Parabenizou, Dr. Leandro, Dr. Sergio, Dra. Mirian e todo Departamento Jurídico desta Casa por todo empenho em defesa do direito em especial neste caso em que o Prefeito atenta contra o Estatuto dos Servidores e tantos outros. Registre-se que o Vereador Meirelles assumiu a presidência da sessão. **2) PAULO IGOR, DO PMDB** – Iniciou sua participação com as saudações de costume. Passou a falar sobre a decisão do Desembargador José Antônio Pereira carvalho que além de admitir que o SEPE e o SISEP façam parte da ação que o Prefeito entrou contra o Estatuto dos Servidores ele também indeferiu o pedido de liminar do Prefeito. Tal ação quer retirar um direito dos servidores. Disse que se o Desembargador tivesse dado provimento a liminar no Prefeito hoje os servidores estariam recebendo seus salários com a incorporação retirada. Lembrou que muitos destes servidores com a renda comprometida com compromissos diversos e assim estariam em uma situação difícil. Comemorou a decisão do Desembargador e parabenizou, Dr. Leandro, Dr. Sérgio, Dra. Mirian e os demais funcionários e estagiários do Departamento Jurídico desta Casa por todo empenho em defesa do direito em especial neste caso em que o Prefeito atenta contra o Estatuto dos Servidores e tantos outros. Destacou a defesa feita também em relação aos idosos na questão da lei do IPTU. Solicitou ao Vereador Thiago Damaceno que protocole a denuncia que fez na tribuna da Câmara, pois já enviou para todos os meios de comunicação, porém ainda não protocolou neta Casa. Destacou que as cartas objeto da denuncia continuam com o Vereador Thiago e são cartas que não lhe pertencem. Disse que recebeu juntamente com os Vereadores Maurinho e Silmar o Gerente do CDD dos Correios que já recebeu um ofício solicitando que possa explicar a situação e disse que nos próximos dias estará se retratando com a Casa o equívoco, pois um funcionário relacionando o nome do Sr. Bernardo Rossi a esta Casa, visto que ele foi Vereador por dois mandatos, destinou as cartas que o Sr. Bernardo postou sem endereço de remetente à câmara. O Gerente explicou que o certo seriam as cartas serem incineradas. Disse que todas as providências serão tomadas para garantir a apuração da denuncia do Vereador Thiago e também de tudo que está relacionado, ou seja, a violação das cartas e qualquer outra irregularidade no tramite normal que seria as cartas serem recebidas na portaria e direcionadas ao Departamento Administrativo ou a Presidência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

que tomaria as medidas pertinentes e cabíveis. Passou a falar em relação a mais esta condenação do Prefeito Bomtempo neste que mais um dos cerca de 200 processos contra o Prefeito. Disse que aguardará a publicação da decisão e a Casa confia na Justiça. Disse que é lamentável o município sair nos noticiários nacionais de forma tão negativa. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Registre-se que o Vereador Paulo Igor assumiu a presidência da sessão **3) THIAGO DAMACENO, LÍDER DO GOVERNO** – Iniciou sua participação com as saudações de costume. Passou a fazer alguns esclarecimentos sobre as notícias que foram veiculadas em relação ao Prefeito Rubens Bomtempo. Dirigiu-se ao Vereador Anderson, quando o mesmo disse o quanto é difícil caçar o referido Prefeito. Disse que, talvez, para infelicidade do Vereador Anderson e de toda a oposição política não será desta vez. Afirmou que esse é um assunto que impacta a vida de todos os petropolitanos e que buscou as bases de todo o processo para que pudesse passar um pouco daquilo que pôde perceber. Disse que se trata de um processo que deu início em dois mil e oito, quando no meio do processo eleitoral, o Prefeito Rubens Bomtempo e o candidato do seu partido era o Sr. Ronaldo Medeiros e naquele momento houve uma decisão judicial a qual dava a cassação do registro de candidatura do então candidato Sr. Ronaldo Medeiros e junto com isso a cassação dos direitos políticos e perda do mandato do Sr. Rubens Bomtempo. Rapidamente a Prefeitura através de sua assessoria recorreu, ganharam e o Prefeito fez questão de pedir uma nota de esclarecimento à população dizendo que todos poderiam ficar tranquilo, pois o mesmo não havia sido caçado, não tinha nenhum problema na justiça e que continuaria até o final do seu mandato. Disse que os jornais, entendendo como uma utilidade pública para a população de Petrópolis, abriram espaço para que essa nota pudesse ser reproduzida, porém, em dois mil e dez houve uma nova ação motivada pelo MP, colocando que aquela nota havia sido paga com recursos da Prefeitura e tinha como objetivo fazer uma promoção do então Prefeito Rubens Bomtempo. Afirmou que olha o fato gerador e sente que há uma certa fragilidade, uma vez que naquele momento que foi questionado, os jornais fizeram declarações públicas e junto a justiça que nada havia sido pago por parte da municipalidade para que aquela nota pudesse ser publicada. Falou sobre a decisão no dia ontem, já na segunda instância desse processo e como fruto dessa decisão foi ali colocado a improbidade administrativa de que o Prefeito perderia seus direitos políticos por cinco anos, perdendo o direito ao cumprimento de sua função pública e entre outras sanções. Disse que esse é um processo que embora teve um julgamento ontem, têm etapas para ser julgado até sua conclusão, não chegando ainda até sua etapa final. Disse que em relação ao afastamento do cargo e a perda dos direitos políticos, a própria lei, aonde o Desembargador estabelece a sua decisão em cima do Artigo 12, nessa mesma lei, no Artigo 20, a lei diz que o crime de improbidade administrativa só pode gerar a perda da função pública ou do direito político, quando estiver transitado e julgado, ou seja, enquanto esse processo estiver sendo discutido até a última instância, o Prefeito não terá sua função pública caçada e muito menos seus

3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

direitos políticos. Passou a transmitir uma mensagem do Prefeito quando o mesmo diz que não tem dúvidas que a justiça será feita diante desse processo. Passou a falar sobre a parte política, pois esse filme não é novo e esse filme já foi visto mais de uma vez. Disse que gostaria de deixar registrado para os demais Vereadores e toda a população que o Prefeito Rubens Bomtempo, para a infelicidade da oposição política, irá continuar exercendo seu mandato e vai poder ser candidato, se o mesmo quiser, nas próximas eleições. Falou sobre a premiação realizada na noite de ontem nesta Casa as pessoas que fizeram ou fazem pela causa bem estar animal e disse que acredita que o Presidente, Vereador Paulo Igor, fez na melhor das intenções algumas falas, mas particularmente acha que foi lamentável o teatro que transcorreu nesta Casa na noite de ontem, onde o Presidente de forma indireta, através de sua fala se dirigindo ao Vice-Prefeito, Dr. Luiz Fernando Vaz, presente na solenidade, quase que lhe dando a posse e talvez se já pensando na articulação e na montagem de um novo Governo com o referido senhor a frete. Ratificou que tal atitude foi lamentável e um teatro que soou muito mal aos ouvidos deste Vereador e a os olhos de muita gente que aqui estavam e que acompanham esta Casa. Parabenizou a Fundação de Cultura e o Prefeito Rubens Bomtempo pela inauguração do novo Centro de Cultura inaugurado ontem. Falou sobre a importância de a cidade abrir o debate da Cultura. Afirmou que ontem foi um dia muito emblemático, pois pôde ver um Prefeito com céus cinquenta e cinco anos nesta praça com jovens representando a política e dentro desta Casa o Presidente, com pouco mais de trinta anos, sentado em sua cadeira representando o que de fato é a velha política, política esta que o povo brasileiro não aguenta mais. Agradeceu e encerrou. Registre-se que o Vereador Anderson solicitou que sua fala constasse em ata.

4) SILMAR FORTES, LÍDER DO PMDB – Saudou a todos os Senhores Vereadores, bem como os presentes no plenário e os que assistem pelos meios de comunicação e imprensa. Parabenizou a justiça, pois hoje se vive um momento no país em que querem desqualificar o Judiciário. Afirmou que se cinco Desembargadores deferiram um acórdão, dizendo que o Prefeito de Petrópolis usou recurso público para sua promoção, o mérito já foi julgado. Afirmou que não se pode mais um processo de dois mil e oito chegar a dois e mil e dezesseis e ainda ser preciso mais um recurso. Falou sobre o Projeto Dez Medidas Contra a Corrupção, que é uma emenda populare espera que seja rapidamente encaminhada para o Congresso e que até o final se possa ter uma lei mais rigorosa e que pune com mais rigidez os crimes contra o erário público. Falou em relação ao impeachment e que hoje será ouvida a defesa da Presidente. Ressaltou que esta é uma atitude democrática, porém esta Casa não se pode ser conivente com a injustiça, inverdade e com o mau uso do dinheiro público. Passou a parabenizar o SISEP pela luta em relação a incorporação da gratificação ao servidor. Parabenizou o Judiciário da Casa por essa defesa. Passou a falar que hoje foi realizada uma reunião para discutir a questão urbana e rural da cidade. Disse que mais uma vez o debate foi rico, mas faltou o Executivo Municipal. Lamentou o fato de mesmo sendo oficiados, os Secretários não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

virem a esta Casa. Afirmou que o que se discute é a cidade e um Plano Diretor e não questões pessoais e individuais. Passou a falar que hoje por volta das sete horas da manhã ocorreu mais um acidente de moto em frente à Igreja Batista de Corrêas. Disse que a população do bairro cobra e exige que providências sejam tomadas. Afirmou que é preciso que a CPTrans tenha inteligência e dê respostas em relação a qualidade do trânsito e mobilidade urbana de Corrêas. Agradeceu e encerrou. 5) **GILDA BEATRIZ, DO PMDB**— Iniciou sua participação com as saudações de costume. Falou sobre a decisão judicial a qual o Prefeito Rubens Bomtempo perdeu nessa instância, podendo ser caçado em seu mandato. Falou como psicóloga em relação ao que o poder pode fazer com as pessoas. Leu um trecho do acórdão: “Em ambos os casos se trata de abjeta conduta digna de um monarca absolutista, que se adona do que é público. Autoriza que se lembre da célebre sentença de Luís XIV, o Rei Sol, se é que Sua Majestade a emitiu: “L’Étatc’est moi”. Também permite que se evoque o grande escritor, dramaturgo e tele dramaturgo Dias Gomes, com a novela televisiva “O Bem-Amado”, todo-poderoso prefeito de uma emblemática Sucupira, a mesma do romance homônimo e da peça teatral “Odorico, o Bem-Amado ou Os Mistérios do Amor e da Morte” — múltipla obra inspirada por certo em práticas políticas de cidades do interior, o qual não há de ser da França no Século XVIII. Muito menos de Paris da mesma época. ” Afirmou que o Judiciário está cumprindo seu papel e sabe que sempre tomará as decisões corretas e que o poder não pode estar nas mãos de quem não saiba usar o mesmo. Disse que uma hora as impunidades acabam sempre por serem descobertas e uma hora a “casa cai”. Parabenizou todos os servidores públicos, pois quando o Prefeito entrou com a liminar para tirar o direito das incorporações salariais dos servidores muitos ficaram preocupados e mais uma vez o Tribunal de Justiça protege o direito dos mesmos, assim como fez com o IPTU dos idosos. Passou a falar que no dia dois de abril se comemora o dia mundial do autismo e noticiou que terá em Petrópolis a sessão azul. Essa sessão consiste na exibição de um filme com as luzes acesas e o som mais baixo, visto que as crianças com espectro autista não conseguem ir a uma sessão normal. Disse que desde o início do ano em conversado com o Cinemax para trazer esse tipo de sessão. Informou que a referida sessão irá ocorrer no dia nove de abril, às dez e meia da manhã, na sala três do Mercado Estação. Emocionou-se com essa oportunidade que os pais que têm filhos com espectro autista poderão levar seus filhos ao cinema. Disse que na próxima sessão irá informar qual filme será exibido. Agradeceu e encerrou. 6) **MAURINHO BRANCO, DO PP** – Saudou ao Presidente e aos demais Vereadores, bem como a todos os presentes e os que assistem em casa pelo canal 98. Passou a falar sobre sua tristeza com a atitude desrespeitosa da Presidente da Fundação de Cultura, Drica Madeira, visto que havia um evento na Casa, ontem, onde vários cidadãos foram homenageados por esta Câmara e com muita falta de respeito como está acontecendo hoje novamente, eles apagaram as luzes e colocaram som auto na hora do Evento. Disse que não sabe se ontem a luz da Casa foi apagada por causa do evento realizado pela Fundação de Cultura ou se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

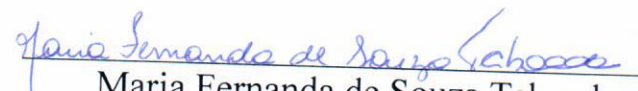
foi para esconder o Prefeito “Odorico Paraguaçu”, como foi chamado o Prefeito Bomtempo na sentença do Desembargador relator, proferida ontem. Lamentou a falta de respeito da Sra. Drica Madeira, da Fundação de Cultura, para com o Parlamento Municipal. Afirmou que vindo hoje de Itaipava pela Estrada Mineira, devido a um temporal que congestionou o trânsito na União e Indústria e pode ver que todos os bueiros na estrada Mineira estavam entupidos sem condições do pedestre andar pela calçada. Disse que há anos se cobra ação e não se desentope os bueiros da cidade. A rua atrás do Parque de exposição que precisa de asfalto e que conseguiu a emenda para tanto e até hoje nada foi feito. Falou que uma boa notícia e leu um trecho de correspondência dando conta de uma nota de empenho do Deputado Júlio Lopes. Afirmou que sete milhões e duzentos mil foram conseguidos para as obras na cidade e agora é só arregaçar as mangas e trabalhar declarou ao Prefeito. Agradeceu e encerrou. **7) RONALDO RAMOS** – Iniciou sua fala saudando a Presidência e demais Vereadores, bem como todos os presentes e aos que assistem pelos meios de comunicação. Passou a falar sobre as recorrentes cobranças em relação as podas que estão atingindo a rede e a extensão da iluminação pública Ampla e sobre a audiência pública com a mesma realizada nesta Casa. Disse que a Prefeitura quer fazer as extensões para iluminação pública e a Ampla ficou de dar o retorno em relação a essa autorização. Disse que a Prefeitura licitou uma empresa para que pudesse fazer esse tipo de serviço e dentro em breve começará essas extensões de rede pública específicas para IPE. Desejou e espera que a Ampla não crie problemas com a Prefeitura para impedir que a iluminação possa chegar aonde não tem, pois a população paga sua contribuição e é direito dela e dever do Poder Público assim fornecer. Disse que se houver algum empecilho por parte da Ampla, sugere a esta Casa prepare uma representação ao MP junto a Ampla, pois entende que é uma questão de segurança. Agradeceu e encerrou. **Não havendo mais Vereadores inscritos** para uso da palavra, registre-se que a sessão foi suspensa. Reaberta a sessão, passou à **ORDEM DO DIA**: Colocado em primeira discussão e votação Requerimento de Informação nº.: 01399/16 do Vereador Osvaldo do Vale. O Requerimento foi aprovado com 15 votos. Colocado em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº.:00488/16 do Vereador Osvaldo do Vale. Colocada em discussão e votação a Redação Final ao Projeto de Lei nº.: 01015/16 do Vereador Paulo Igor. A Redação Final foi aprovada. Colocada em discussão e votação a Redação Final aos Projetos de Resolução nº.: 03923/15 do Vereador Luizinho Sorriso. A Redação Final foi aprovada. E, **Indicações** nºs.:06246 e 06247/15 do Vereador Jorge Martins (Jorginho BANERJ);06239/15 do Vereador Maurinho Branco; 06240, 06241 e 06242/15 do Vereador Osvaldo do Vale (Vadinho) e 05648, 05653, 05654 e 05657/15 do Vereador Ronaldo Ramos. Todas as indicações foram aprovadas. **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, o Senhor Presidente, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, declarou encerrada a sessão, convocando os Senhores Vereadores para a próxima sessão, dia cinco do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 16 horas, com a ordem do dia que foi lida em sessão plenária. Escrevemos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

atestamos e assinamos para fazer constar, Agnes Alessandro Martins Dalzini e Maria Fernanda de Souza Taboada, Assessores para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.


Agnes Alessandro Martins Dalzini


Maria Fernanda de Souza Taboada



